

INNOVATIVE ENGENHARIA DE DATACENTER LTDA

CNPJ/ME sob o nº 09.117.366/0001-10 - NIRE 35.230.994.350

INSTRUMENTO PARTICULAR DE 24ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA INNOVATIVE ENGENHARIA DE DATACENTER LTDA.

Pelo presente instrumento particular: **I. Green4T Participações S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Jornalista Roberto Marinho, nº 85, 24º andar, conjunto 241, Sala 08, Cidade Monções, CEP 04.576-010, inscrita sob Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 26.210.970/0001-05, com seus atos constitutivos devidamente arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.516.974, neste ato representada na forma do seu estatuto social pelo seu Diretor Presidente, o Sr. **Eduardo Cassanta Marini**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, empresário, inscrito no CPF/ME sob o nº 043.355.796-67, portador do RG nº 12.261.923 SSP/MG; e por seu Diretor de Operações, o Sr. **José Fernando de Almeida Andrade Júnior**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 11.469.401-1, inscrito no CPF/ME sob o nº 086.427.927-28, ambos residentes e domiciliados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Jornalista Roberto Marinho, nº 85, 24º andar, conjunto 241, Sala 08, Cidade Monções, CEP 04.576-010; Única sócia da **Innovative Engenharia de Datacenter Ltda.**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 09.117.366/0001-10, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 2.300, piso pilots, sala 07, Consolação, CEP 01310-300, com seus atos constitutivos registrados perante a JUCESP sob o NIRE 35.230.994.350 ("**Sociedade**"), **Resolve**, na melhor forma de direito, alterar o contrato social da Sociedade, mediante as cláusulas e condições abaixo descritas. **1.3. Transformação de Tipo Societário 1.1.** A sócia aprova a transformação do tipo jurídico da Sociedade de sociedade empresária limitada para sociedade por ações, a fim de melhor atender às necessidades da Sociedade, a qual passará a ser regida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e permanecerá titular de seus direitos e obrigações, sem modificação dos direitos dos seus eventuais credores, conforme o disposto no caput do artigo 1.115 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **1.2.** Em razão da transformação, a Sociedade passará a ser denominada "**Innovative Engenharia de Datacenter S.A.**", preservando o endereço de sua sede social, prazo de duração e seu objeto social (a partir de então, "**Companhia**"). **1.3.** Em razão da transformação, a única sócia passa a integrar o quadro societário da Companhia na qualidade de Acionista. **2. Conversão do Capital Social 2.1.** Aprovar a conversão da totalidade das 10.249.107 (dez milhões, duzentas e quarenta e nove mil, cento e sete) quotas, de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, em que se divide o capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, no valor de R\$ 10.249.107 (dez milhões, duzentas e quarenta e nove mil, cento e sete reais), em 10.249.107 (dez milhões, duzentas e quarenta e nove mil, cento e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, atribuindo-se uma ação para cada quota anteriormente devida no capital da Sociedade, o qual permanecerá inalterado. **3. Endereço da Companhia 3.1.** Ratificar que o endereço da sede da Companhia é na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 2.300, piso pilots, sala 07, Consolação, CEP 01310-300. **4. Administração 4.1.** A administração da Companhia competirá à Diretoria, a qual será composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 4 (quatro) membros, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral de Acionistas, com mandato unificado de 3 (três) anos, permitida a reeleição. **4.2.** Para compor a Diretoria, a Acionista elege, com mandato unificado de 3 (três) anos a contar da presente data, sendo permitida a reeleição, os Srs. (i) **Antônio Donizete Lopes Bob**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, inscrito no CPF/ME sob o nº 085.329.288-46, portador da Cédula de Identidade RG nº 17.775.976 SSP/SP; e (ii) **Márcio Jose Martin**, brasileiro, casado sob o regime parcial de bens, tecnólogo, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.847.319 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 180.275.368-04, todos residentes e domiciliados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 2.300, piso pilots, sala 07, Consolação, CEP 01310-300, designados Diretores. **4.3.** Os membros da Diretoria ora eleitos aceitaram os cargos para os quais foram reeleitos, declarando expressamente, sob as penas da lei, que não estão sendo, por lei especial, de exercerem a administração de sociedades, e nem condenados ou sob efeito de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. Dessa forma, os membros da Diretoria ora eleitos tomam posse em seus cargos, mediante a assinatura dos respectivos Termos de Posse, conforme **Anexo I**, lavrados no Livro de Registro de Atas da Diretoria da Companhia. **5. Conselho Fiscal 5.1.** Decide a acionista incluir no Estatuto Social da Companhia a previsão do Conselho Fiscal, que não terá seu funcionamento permanente. **6. Incorporação do Acervo Cindido da Green4T Soluções TI S.A. 6.1.** A acionista aprova, sem ressalvas, o "Protocolo e Justificação de Operação de Cisão Parcial da Green4T Soluções TI S.A. com Versão de Parcela Cindida para a Innovative Engenharia de Datacenter S.A.", celebrado em 01 de dezembro de 2022 entre a administração da Companhia e da Green4T Soluções TI S.A., sociedade anônima de capital fechado devidamente constituída de acordo com as leis do Brasil, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 03.698.620/0001-34 e com seus atos constitutivos registrados perante a JUCESP sob o NIRE 35.216.178.702, com sede na Avenida Jornalista Roberto Marinho, nº 85, 24º andar, conjunto 241, sala 03, Cidade Monções, CEP 04.576-010, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Green4T Soluções TI S.A.", "a serem vendidos para a Companhia; e (b) na subsequente absorção do Acervo Cindido pela Companhia ("Operação" ou "Cisão Parcial"). **6.1.1.** O Protocolo integra este ato na forma de seu Anexo II. **6.2.** A acionista ratifica a escolha e a nomeação da UHY Bendoryates & Cia Auditores Independentes, inscrita no Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro, sob o nº 2RJ 0081/0-8 e no CNPJ/ME sob o nº 42.170.855-0001-77, com sede na Cida-de de Rio de Janeiro, Estado RJ, na Av. João Cabral de Melo Neto nº 850, Bloco 03, Grupo 1301 – Barra da Tijuca, CEP 22275-057, tendo como contador responsável o Sr. Marcelo Bendoryates, com registro no Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro sob o nº 130322/O-0 ("Empresa Especializa-da"), a qual, previamente consultada, aceitou o encargo e apresentou as suas avaliações do Acervo Cindido da Green4T Soluções TI S.A. descrito no anexo do Protocolo, com estrita observância do que estabelecem os critérios contábeis e a legislação societária atualmente em vigor. **6.3.** A acionista aprova, sem ressalvas, o laudo de avaliação do valor patrimonial da Green4T Soluções elaborado pela Empresa Especializada ("Laudo de Avaliação da Cisão"), o qual integra este ato na forma de seu Anexo I. **6.3.1.** Anexado ao Laudo de Avaliação da Cisão, o qual integra este ato na forma de seu Anexo I, a Green4T Soluções não possui valor patrimonial contábil, conforme avaliado pelo seu valor contábil com base no balanço patrimonial da Green4T Soluções levantado em 31 de outubro de 2022 ("Data Base"). **6.3.2.** Eventuais variações patrimoniais relativas ao Acervo Cindido da Green4T Soluções após a Data Base, se existentes, serão absorvidas pela Companhia, conforme aplicável, efetuando-se os lançamentos necessários nos respectivos livros contábeis e fiscais, nos termos do Protocolo. **6.4.** A acionista aprova sem ressalvas, a Cisão Parcial, nos termos do Protocolo, com a consequente absorção do Acervo Cindido pela Companhia. Fica consignado que, em decorrência do Acervo Cindido não possuir valor patrimonial contábil, a absorção do Acervo Cindido pela Companhia não resultará em aumento de capital social da Companhia. **6.4.1.** A acionista consigna que a efetiva versão à Companhia de cada um dos Contratos Transfe-ridos estará condicionada, nos termos do artigo 125 do Código Civil, à obtenção da aprovação da operação pelas respectivas contrapartes, em relação a cada um dos Contratos Transferidos. **6.5.** A acionista ratifica a escolha e a nomeação da Empresa Especializada, a qual, previamente consultada, aceitou o encargo e apresentou as suas avaliações do valor patrimonial da totalidade das ações de emissão da Green4T Soluções na Data Base, com estrita observância do que estabelecem os critérios contábeis e a legislação societária atualmente em vigor. **6.6.** A acionista aprova, sem ressalvas, o laudo de avaliação do valor patrimonial da totalidade das ações de emissão da Green4T Soluções pela Empresa Especializada ("Laudo de Avaliação do Aumento de Capital"), o qual integra este ato na forma do **Anexo III**. **6.7.** A acionista aprova o aumento do capital social da Companhia de R\$ 10.249.107 (dez milhões, duzentas e quarenta e nove mil, cento e sete reais) para R\$ 26.280.500 (vinte e seis milhões, duzentos e oitenta mil e quinhentos reais), mediante a emissão de 16.031.893 (dezesseis milhões, trinta e um mil, oitocentas e noventa e três) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, a serem totalmente subscritas e integralizadas pela acionista, por meio da conferência de 30.374.717 (trinta milhões, trezentas e setenta e quatro mil, setecentas e dezessete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas pelas acionistas, nominativas e sem valor nominal da Green4T Soluções, representativas da totalidade do seu capital social, na forma do Boletim de Subscrição no **Anexo IV**. **6.8.** Em razão do aumento de capital deliberado acima, a acionista aprova a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, o qual passará a vigorar com a seguinte redação: "**Artigo 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 26.280.500 (vinte e seis milhões, duzentos e oitenta mil e quinhentos reais, representado por 26.280.500 (vinte e seis milhões, duzentos e oitenta mil e quinhentos) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal". **6.9.** A acionista consigna que fica autorizada a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima tomadas, inclusive os registros, averbações e transferências necessários para a implementação da absorção do Acervo Cindido e assinatura de todos os documentos necessários à consecução das operações aqui previstas. Ficam ratificados os atos já praticados pela Diretoria da Companhia com relação as operações aqui previstas. **7. Reforma e Consolidação do Estatuto Social 7.1.** Por fim, tendo em vista as deliberações tomadas acima, resolve a acionista reformar e renunciar integralmente o Estatuto Social da Companhia que, já refletindo as alterações ora aprovadas, passará a vigorar com a nova redação constante no **Anexo V** a presente alteração contratual. Assim, assina a única acionista o presente Instrumento Particular de 24ª Alteração do Contrato Social da Innovative Engenharia de Datacenter Ltda. em 3 (três) dias, de igual teor e forma. São Paulo, 01 de dezembro de 2022. **Green4T Participações S.A.** Por: **Eduardo Cassanta Marini**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, inscrito no CPF/ME sob o nº 043.355.796-67, portador da Bertella OAB/SP: 378.55, **JUCESP** NIRE S/A nº 353006087-2 registra nº 43.755/23-9 em 27/01/2023, Gisela Sônia de Camargo, Secretária Geral. **Boletim de Subscrição: Emissora: Innovative Engenharia de Datacenter S.A.** (em transformação), sociedade anônima de capital fechado, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 09.117.366/0001-10, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 2.300, piso pilots, sala 07, Consolação, CEP 01310-300. **Subscriber: Green4T Participações S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Jornalista Roberto Marinho, nº 85, 24º andar, conjunto 241, Sala 08, Cidade Monções, CEP 04.576-010, inscrita sob CNPJ/ME sob o nº 26.210.970/0001-05, com seus atos constitutivos devidamente arquivados perante a JUCESP sob o NIRE 35.300.516.974, neste ato representada na forma do seu estatuto social. **Número Total de Ações Subscritas:** 16.031.893 (dezesseis milhões, trinta e um mil, oitocentas e noventa e três) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Valor de Integralização das Ações Subscritas:** R\$ 16.031.893,00 (dezesseis milhões, trinta e um mil, oitocentas e noventa e três). **Forma de Pagamento:** as ações subscritas serão integralizadas mediante a conferência de 30.374.717 (trinta milhões, trezentas e setenta e quatro mil, setecentas e dezessete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Green4T Soluções TI S.A. (sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 03.698.620/0001-34 e com seus atos constitutivos registrados perante a JUCESP sob o NIRE 35.216.178.702, com sede na Avenida Jornalista Roberto Marinho, nº 85, 24º andar, conjunto 241, sala 03, Cidade Monções, CEP 04.576-010, Cida-de de São Paulo, Estado de São Paulo, representativas da totalidade do seu capital social. (**Anexo V do Instrumento Particular da 24ª Alteração do Contrato Social da Innovative Engenharia de Datacenter Ltda.**, celebrado em 01 de dezembro de 2022). **Estatuto Social da Innovative Engenharia de Datacenter S.A.** CNPJ/ME Nº 09.117.366/0001-10. **Capítulo I Denominação, Sede, Objeto e Duração - Artigo 1º.** A Innovative Engenharia de Datacenter S.A. ("Companhia") é constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado e será regida por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe são aplicáveis, em especial pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **Parágrafo Único:** A Compa-nhia poderá adotar o nome fantasia "**Innovative**". **Artigo 2º.** A Companhia tem sua sede social e foro legal na Avenida Paulista, nº 2.300, piso pilots, sala 07, Consolação, CEP 01310-300, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Parágrafo Único:** A Companhia poderá abrir filiais, agências, escritórios e es-tabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior, por deliberação da Diretoria. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social: (i) a pres-tação de serviços de consultoria e assessoria; (ii) elaboração de projetos e especificações de engenharia civil; (iii) realização de instalações de sistemas de energia, comunicação e segurança física e eletrônica; (iv) realização de planejamento de obras em geral, estudos, projetos, análises, vistorias, testes, avalia-ções, perícias, pareceres e divulgação técnica; (v) fiscalização e gerenciamento de projetos e obras; (vi) prestação de serviços de consultorias específicas de sistemas; (vii) prestação de serviços técnicos e outras atividades que se incluem no âmbito de seus atribuições, bem como a exportação e importação desses mesmos serviços; e (viii) participação em outras sociedades, como sócia, quotista ou acionista. **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II Capital Social - Artigo 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 26.280.500 (vinte e seis milhões, duzentos e oitenta mil e quinhentos reais), representado por 26.280.500 (vinte e seis milhões, duzentos e oitenta mil e quinhentos) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo 1º.** As ações não pertencem à ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos por ela conferi-dos serão exercidos pelo representante do condomínio ou da comunidade. **Parágrafo 2º.** A titularidade das ações de emissão da Companhia presunsa pela inscrição do nome do acionista no "Livro de Registro de Ações Nominativas" da Companhia. **Parágrafo 3º.** A transferência das ações nominativas de emissão da Companhia opera-se por termo lavrado no "Livro de Transferência de Ações Nominativas" da Companhia, datado e assinado pelo cedente e pelo cessionário, ou seus legítimos representantes. **Parágrafo 4º.** A transferência das ações nominativas em virtude de transmissão por sucessão universal ou legado, de arrematação, adjudicação ou outro ato judicial, ou por qualquer outro título, somente se fará mediante averbação no "Livro de Registro de Ações Nominati-vas", à vista de documento hábil, que ficará em poder da Companhia. **Parágrafo 5º.** Nenhuma transferência de ações terá validade ou eficácia perante a Companhia ou quaisquer terceiros, nem será reconhecida no "Livro de Registro de Ações Nominativas" e no "Livro de Transferência de Ações Nominativas" da Companhia, se levada a efeito em violação ao presente Estatuto Social ou a Acordos de Acionistas firmados pelos acionistas da Companhia e devidamente arquivados na sede social da Companhia. **Parágrafo 6º.** A emissão de ações de emissão da Companhia será feita em nome da Companhia, mediante a renú-ncia para subscrição de ações e a nomeação de uma comissão de emissão de ações, a qual será constituída por um representante de cada uma das Socieda-des por Ações, exceto se de outra forma aprovado pelos acionistas da Companhia, pelo menos 90% (noventa por cento) do preço de emissão de novas ações emitidas pela Companhia deverá ser destinado à conta de reserva de capital da Companhia, destinando-se o valor do preço de emissão remanescente à formação do capital social da Companhia, conforme alínea "a", parágrafo primeiro, do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações. **Capítulo III Da Assembleia Geral - Artigo 6º.** A Assembleia Geral dos acionistas reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais, este Estatuto Social e/ou a legislação aplicável assim exigirem. **Parágrafo 1º.** As Assembleias Gerais deverão ser realizadas durante o horário comercial, na sede da Companhia, salvo se de outra forma acordado entre os acionistas. **Parágrafo 2º.** As Assembleias Gerais serão convocadas, tam-bém em primeira quanto em segunda convocação, seguindo-se as formalidades de publicação e divulgação previstas na Lei das Sociedades por Ações. Uma cópia dos respectivos avisos deverá ser encaminhada, por meio eletrônico (e-mail), a todos os acionistas, do qual deverá constar, também, o número de comparecimento (diá-ri) para que os acionistas possam optar por participar por meio de conferência telefônica ou videoconferência, conforme aplicável. **Parágrafo 3º.** Ficarão dispensadas as formalidades de convocação aqui previstas para as Assembleias Gerais a que comparecerem todos os acionistas, as quais serão consideradas regulares e validamente instaladas. **Artigo 7º.** Exceto se maior quórum for estabelecido em lei ou neste Estatuto Social, as Assem-bleias Gerais serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de acionistas detentores de direitos de voto em número suficiente para aprovação das matérias objeto da ordem do dia e, em segunda convocação, com a presença de acionistas que representem qualquer percentual de participação no capital social da Companhia. **Parágrafo 1º.** As Assembleias Gerais serão presididas por quaisquer membros da Diretoria ou por quem estes vierem a indicar, e, na ausência de membros da Diretoria e da pessoa por eles indicada, os acionistas presentes na Assembleia Geral indicarão, por maioria de votos dos acionistas presentes, quem será o presidente da respectiva assembleia. O presidente da assembleia deverá nomear um dos presentes para atuar na qualida-de de secretário, sendo que a mesma deverá responder por anotar as discussões e deliberações em atas. **Parágrafo 2º.** Qualquer acionista poderá participar das Assembleias Gerais pessoalmente ou por meio de teleconferência, videoconferência ou qualquer outro meio que permita a identificação dos participantes e sua interação em tempo real, sendo que tal participação será considerada como se o acionista estivesse pessoalmente presente na Assembleia Geral. **Parágrafo 3º.** Os acionistas que participarem remotamente da Assembleia Geral deverão confirmar seus votos por correio eletrônico (e-mail) enviado ao presidente da Assembleia Geral na data da assembleia. Em seguida, referidos acionistas deverão assinar as respectivas atas e entregá-las à Companhia dentro de 15 (quinze) dias contados da data de seu recebimento. **Artigo 8º.** Exceto se maior quórum for estabelecido em lei ou neste Estatuto Social, as deli-berações em Assembleia Geral serão aprovadas pelo voto favorável da maioria simples dos acionistas presentes à Assembleia Geral (i.e., acionistas titulares de ações da Companhia representativas de 50% (cinquenta por cento) das ações com direito a voto presentes à Assembleia Geral, mais 1 (uma) ação com direito a voto presente à Assembleia Geral), não se computando votos em branco, nos termos do artigo 129 da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 9º.** Nenhum acionista ou administrador da Companhia poderá interpor recurso ou impugnação contra as deliberações tomadas em qualquer assembleia, exceto se as respectivas partes relacionadas tiverem interesses conflitantes com o da Companhia e/ou de suas subsidiárias e controladas, devendo, neste caso, manifestar previamente o seu conflito ou impedimento, tudo de acordo com e conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 10º.** Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, e observados os quóruns de aprovação estabelecidos na legislação vigente e neste Estatuto Social, compete à Assembleia Geral deliberar sobre as matérias previstas neste Artigo, conforme disposto nos Parágrafos abaixo. **Parágrafo 1º.** A aprovação das

matérias abaixo arroladas exigirá o voto favorável de acionistas titulares de ações da Companhia representativas de 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia, reunidos em Assembleia Geral: (i) alteração do Estatuto Social da Companhia, que implique (a) na modificação das regras de compo-sição, convocação, funcionamento e/ou competência da Diretoria ou da Assembleia Geral; (b) na modificação do dividendo mínimo obrigatório ou da política de distribuição de dividendos; e/ou (c) na alteração substancial do objeto social da Companhia e/ou de suas subsidiárias e controladas, sendo certo que não serão consideradas relevantes (e, portanto, não dependerão de aprovação da unanimidade na forma deste Parágrafo 1º) as modificações para incluir ativida-des complementares ou correlatas às atividades já contempladas no objeto social da Companhia ou da subsidiária ou controlada em questão; (ii) alteração das características, direitos e/ou vantagens de uma ou mais classes de ações de emissão da Companhia e/ou criação e emissão de ações preferenciais pela Companhia; (iii) resgate de qualquer classe ou espécie de ação de emissão da Companhia; (iv) conversão de ações de emissão da Companhia em outras classes ou espécies de ações; (v) transformação do tipo societário da Companhia; (vi) dissolução ou liquidação da Companhia, nomeação e destituição de liquidantes, cessação do estado de liquidação da Companhia e/ou apresentação de pedido de recuperação judicial, extrajudicial ou de autoliquidação da Compa-nhia; e (vii) aprovação de planos de opção de compra de ações (*stock options*) da Companhia e/ou de suas subsidiárias ou controladas cujas opções confirmam aos participantes direitos de aquisição sobre um número de ações que exceda o limite de 6% (seis por cento) do total de ações de emissão da Companhia, exceto se a aquisição de ações de emissão da Companhia for realizada mediante aprovação da Diretoria, observado o disposto neste Estatuto Social; e (viii) aprovação de qualquer operação de cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou combinação de negócios similares envolvendo a Companhia e/ou seus ativos relevantes de um lado, e quaisquer terceiros, do outro lado; (iv) amortização, recompra, grupamento ou desdobramento de ações de emissão da Companhia; e (v) abertura de capital da Companhia e/ou listagem de seus valores mobiliários em qualquer bolsa de valores, segmento de listagem e/ou mercado de balcão organizado. **Parágrafo 3º.** A aprovação das matérias abaixo arroladas exigirá o voto favorável de acionistas titulares de ações da Companhia representativas de 50% (cinquenta por cento) do capital social votante da Companhia, reunidos em Assembleia Geral: (i) realização de operações de cisão, fusão, incorporação, in-corporação de ações ou combinação de negócios similares que envolvam somente a Companhia e suas subsidiárias e/ou controladas, e que ultrapassem, por meio da realização de uma ou mais operações sucessivas, valores superiores a R\$ 10.000.000 (dez milhões de reais); (ii) cancelamento de ações da Companhia, inclusive em caso de divórcio, ou de qualquer ordem de pagamento de valores devidos a terceiros, exceto se a aquisição de ações de emissão da Companhia for realizada mediante aprovação da Diretoria, observado o disposto neste Estatuto Social; e (iii) aprovação de qualquer operação de opção de compra de ações (*stock options*) da Companhia e/ou de suas subsidiárias e controladas, cujas opções confirmam aos participantes direitos de aquisição sobre um número de ações que não exceda o limite de 6% (seis por cento) do total de ações de emissão da Companhia. **Capítulo IV Administração Seção I Disposições Gerais - Artigo 11º.** A administração da Companhia compete à Diretoria, que terá as atribuições conferidas por lei e por este Estatuto Social, estando os Diretores dispensados de oferecer garantia ou caução para o exercício de suas funções. **Parágrafo 1º.** Todos os membros da Diretoria tomarão posse mediante assinatura dos respectivos termos no livro próprio, prestando as informações exigidas por lei, dentro dos 30 (trinta) dias que se seguirão à sua eleição, permanecendo em seus respectivos cargos até a posse de seus respectivos sucessores. **Parágrafo 2º.** A Assembleia Geral de acionistas deverá estabelecer a remuneração global anual dos administradores, cabendo à Diretoria deliberar a respeito de sua distribuição entre seus membros, observados os quóruns de deliberação aplicáveis previstos neste Estatuto Social. **Parágrafo 3º.** Pelo exercício de suas atribuições, os administradores poder-ão fazer jus a uma *pro-labore* mensal, a ser fixado por deliberação unânime dos acionistas, não necessariamente realizada em Assembleia Geral, desde que feita através de rescisão por rescisão. **Seção II Diretoria - Artigo 12º.** A Diretoria é o órgão de gestão da Companhia, representado por acionistas, com o poder de exercer as atribuições que a lei e o Estatuto Social lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à gestão corrente dos negócios e atividades sociais. **Artigo 13º.** A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 4 (quatro) membros, residentes e domiciliados no Brasil, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, para um mandato unificado de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sem limite de mandatos. Os Diretores deverão permanecer em seus cargos até a posse de seus substitutos. **Artigo 14º.** A Diretoria deverá se reunir, ordinariamente, uma vez ao ano durante os 4 (quatro) primeiros meses do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que convocada. **Artigo 15º.** Sem prejuízo de outras atribuições e competências previstas em lei, a Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários à consecução do objeto social, por mais especiais que sejam, bem como a transigir e consentir em nome da Companhia, exceto com relação aos assuntos cuja deliberação incumbe à Assembleia Geral, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes. **Parágrafo 1º.** Compete à Diretoria: (i) A administração, orientação e direção dos negócios sociais, inclusive a compra, venda, troca ou a alienação por qualquer outro forma, de bens móveis da Companhia, determinando os respectivos termos, preços e condições; (ii) A assinatura de quaisquer documentos, mesmo quando importem em responsabilidade ou obrigação da Companhia, inclusive os relativos às divisões, contratos, cheques, ordens de pagamento e outros; (iii) A aprovação e/ou recomendação, conforme o caso, da distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio intermediários ou intercalares, pela Companhia ou por suas subsidiárias e/ou controladas, observa-da a política de distribuição de dividendos prevista neste Estatuto Social; (iv) A escolha da empresa de auditores independentes responsáveis pela auditoria das demonstrações financeiras da Companhia; (v) A solicitação de talões de cheques e extratos de contas bancárias, assinar cheques e movimentar as contas bancárias da Companhia, para atender aos compromissos, bem como para realizar operações financeiras de interesse da Companhia; e, (vi) A prática e todas as demais atribuições necessárias à ampla, geral e completa gerência e administração, tendo em vista que a enumeração supra não é exaustiva. **Parágrafo 2º.** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de quaisquer dos acionistas, Diretores, procurado-res ou funcionários que envolvam em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social da Companhia. **Parágrafo 3º.** Os poderes para comprar, vender, hipotecar ou, por qualquer outro modo, alienar ou gravar os bens imóveis da Companhia, deverão sempre ser exercidos pelos acionistas representando a maioria do capital social, por si ou através de procuradores constituídos especialmente para esta finalidade. **Artigo 16º.** Como órgão execu-tivo da Companhia, os poderes dos Diretores, eleitos pela Assembleia Geral, para a administração da Companhia, serão exercidos por eles, pessoalmente ou por procuradores constituídos especialmente para esta finalidade. **Artigo 17º.** A Companhia poderá estabelecer comitês estatutários e outros órgãos sociais semelhantes, inclusive para assessoramento da administração de tais sociedades. A constituição, instalação e dissolução de comitês estatutários e outros órgãos sociais semelhantes competirá à Diretoria, que ficará responsável também por indicar e destituir seus membros e estabelecer os respectivos regimentos internos de funciona-mento, observado o disposto na legislação vigente, se e conforme aplicável. **Capítulo V Conselho Fiscal - Artigo 21º.** O Conselho Fiscal é um órgão não perma-nente, instalado a qualquer momento, quando solicitado pelos acionistas nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, para mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição. Quan-do em funcionamento, o Conselho Fiscal terá os poderes e as funções que lhe confere a Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo 1º.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger. **Parágrafo 2º.** Os membros do Conselho Fiscal serão investidos nos cargos mediante termo de posse, lavrado no livro próprio, prestando as informações exigidas por lei, dentro dos 30 (trinta) dias que se seguirão à sua eleição. **Capítulo VI Exercício Social, Balanços, Lucros e Dividendos - Artigo 22º.** O exercício social coincidirá com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encer-rando-se em 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício, será levantado o balanço patrimonial e elaboradas as demonstrações financeiras pela Diretoria, com observância das prescrições legais. **Parágrafo Único.** A Companhia poderá, a qualquer tempo, levantar balanços mensais, trimestrais ou se-mestrais, em cumprimento a requisitos legais, ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares. **Artigo 23º.** Observado o disposto em lei (inclusive, mas sem limitação, na Lei das Sociedades por Ações e, em especial, em seu artigo 202 e seguintes), o lucro líquido da Companhia, conforme apurado em qualquer exercício social, terá a seguinte destinação: (i) absorção de prejuízos acumulados ou apurados pela Companhia, se houver; (ii) a parcela correspondente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido será destinada para a constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder o montante de 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia, observado que a reserva da Companhia em que toda a ex-cício em que, somada ao montante das reservas de capital da Companhia, o saldo da reserva legal exceder 30% (trinta por cento) do capital social; (iii) uma parcela do lucro líquido será destinada à formação de reserva para contingências efetivamente apontadas como prováveis pelos auditores independentes da Companhia e confirmadas pelo Conselho Fiscal, se instalado, cuja constituição será devidamente aprovada em Assembleia Geral da Companhia, observado que a Assembleia Geral deverá sempre emitir qualquer ressalva por parte do auditor em suas demonstrações financeiras; (iv) a parcela correspondente a 0,01% (um centésimo por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado com base nas deduções previstas nos Itens (i) a (iii) acima e no acréscimo das impor-tâncias decorrentes da eventual reversão da reserva para contingências formada em exercícios anteriores, será obrigatoriamente distribuída aos acionistas da Companhia, a título de pagamento de dividendo mínimo obrigatório; (v) o lucro líquido remanescente após as destinações acima poderá ser total ou par-cialmente retido para a execução de orçamento de capital da Companhia que venha a ser aprovado em Assembleia Geral da Companhia, com base no artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; e (vi) o saldo remanescente do lucro líquido, caso existente, terá a destinação que lhe for deliberada pela Assembleia Geral da Companhia, para o exercício seguinte. **Artigo 24º.** Os dividendos serão pagos no prazo previsto na legislação aplicável, e somente estarão sujeitos a qualquer atualização monetária ou remunera-ção correspondente se assim for expressamente determinado pela Assembleia Geral de acionistas que aprovar sua distribuição. **Parágrafo Único.** Os divi-dendos não reclamados no prazo de 03 (três) anos, contados da data em que tenham sido colocados à disposição dos acionistas, reverterão em proveito da Companhia. **Artigo 25º.** Observadas as disposições previstas na legislação aplicável, bem como aquelas contidas no presente Estatuto Social, todo e qual-quer pagamento realizado pela Companhia aos seus respectivos acionistas, a título de juros sobre capital próprio, líquido dos tributos de fonte incidentes (imposto de renda retido na fonte), será devidamente descontado dos valores devidos pela Companhia aos seus respectivos acionistas a título de pagamento de dividendos, sendo tais valores imputados aos dividendos declarados e pagos pela Companhia (inclusive ao dividendo mínimo obrigatório, nos termos no artigo 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995). **Capítulo VII Dissolução e Liquidação - Artigo 26º.** A Companhia se dissolverá nos casos previstos na lei ou por deliberação da Assembleia Geral, que estabelecerá a forma de liquidação, nomeará o liquidante e instalará o Conselho Fiscal para a administração da liquidação, elegendo seus membros e fixando os honorários correspondentes, de acordo com o estabelecido nos termos dos artigos 208 e seguintes da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo 1º.** O critério para a apuração de haveres a ser considerado para a distribuição de valores devidos aos acionistas será dirimido, em caráter definitivo, por meio de arbitragem instituída perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Ca-nadá (CCBC) ("Câmara"), a ser instituída e processada de acordo com o Regulamento de Arbitragem em vigor à época de apresentação do requerimento para a sua instauração ("Regulamento"), exceto no que este for modificado pelas disposições a seguir ou vier a ser alterado por acordo entre os acionistas, administradores e e/ou a Companhia, conforme aplicável. **Parágrafo 1º.** A arbitragem terá lugar na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e o idioma usado nos procedimentos será o português. Os árbitros não tomarão decisões ou emitirão julgamento com base em regras de equidade. **Parágrafo 2º.** Observados os demais termos previstos neste Artigo 27º, nos Conflitos em que a soma das pretensões deduzidas tiver valor igual ou inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), tal qual estimado no requerimento de instituição da arbitragem e na respectiva resposta, convençiona-se a sua solu-ção por árbitro único, a ser indicado nos termos do Regulamento. **Parágrafo 3º.** Observados os demais termos previstos neste Artigo 27º, nos Conflitos em que a soma das pretensões deduzidas tiver valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), tal qual estimado no requerimento de instituição da arbitragem e na respectiva resposta, convençiona-se a sua solução por tribunal arbitral, composto e conduzido por 3 (três) árbitros ("Tribunal Arbitral"), a responsabilidade por esses esforços para o fim de reembolso. Não serão objeto de reembolso honorários contratuais de advogados e de outros profissionais, assistentes técnicos ou pareceristas nem custos e despesas de outra natureza, tais como fotocópias, impressões, traduções e/ou deslocamentos. **Parágrafo 6º.** Sem prejuízo da presente cláusula arbitral, fica eleito o Foro Central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para processar a julgar quaisquer demandas relativas (i) à instituição da arbitragem (artigo 7º da Lei de Arbitragem); (ii) à concessão de medidas de urgência (cauteles ou antecipatórias) anteriormente à instituição da arbitragem; (iii) ao cumprimento da sentença arbitral, asse-gurada, todavia, a prerrogativa de escolha do exequente, nos termos do artigo 516, parágrafo único, do Código de Processo Civil; (iv) à anulação da sentença arbitral (artigo 32 da Lei de Arbitragem); (v) à execução de título extrajudicial, assegurada, todavia, a prerrogativa de escolha do exequente, nos termos do artigo 781 do Código de Processo Civil; e (vi) a conflitos que por força da legislação do Brasil não puderem ser submetidos à arbitragem. **Parágrafo 7º.** A concessão de qualquer medida de urgência deverá ser imediatamente informada pela(s) parte(s) requerente(s) da medida à Câmara e poderá ser confir-mada, modificada ou suspensa pelo árbitro único ou pelo Tribunal Arbitral tão logo instituída a arbitragem. Uma vez devidamente instituída a arbitragem, o árbitro único ou o Tribunal Arbitral deterrá competência exclusiva para a decretação de quaisquer medidas cautelares ou de urgência. **Parágrafo 8º.** A arbi-tragem será confidencial e as partes envolvidas no procedimento arbitral não deverão revelar a nenhum terceiro qualquer informação ou documentação apresentada no processo arbitral que não seja de domínio público, qualquer prova ou material produzido no processo arbitral ou qualquer ordem ou senten-ça emitida na arbitragem, exceto, e apenas na medida em que tal revelação: (i) decorra de força de Lei; (ii) vise a proteger um direito; (iii) seja necessária para a tomada de alguma medida judicial; e/ou (iv) seja necessária para a obtenção de aconselhamento legal, regulatório, financeiro, contábil ou similares. Todas e quaisquer controvérsias relativas à confidencialidade objeto desta cláusula deverá ser decididas pelo árbitro único ou pelo Tribunal Arbitral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO

AVISO DE EDITAL
Edital nº 24 de 10 de fevereiro de 2023.
Pregão Eletrônico nº 23/2023

Objeto: Registro de Preços de repelentes de insetos, destinados a reposição de estoque nas unidades de saúde pertencentes a Secretaria Municipal de Saúde – Abertura da sessão: 28/02/2023 às 09:00 horas – O edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos www.itaquaquecetuba.sp.gov.br ou www.comprasgovernamentais.gov.br e lidos ou obtidos mediante entrega de 01 (um) CD-R-OM do tipo CD-R-80, virgem e lacrado no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba, sito à Av. Vereador João Fernandes da Silva nº 190, Vila Virgínia, Itaquaquecetuba – SP, nos dias úteis, no horário das 8:00 às 16:00 horas. Para maiores informações, estão disponíveis os seguintes telefones (0xx11) 4640-1442 e 4642-1531.

Mário Toyama – Secretário Municipal de Administração e Modernização
Itaquaquecetuba, 10 de fevereiro de 2023.

REDE MUNICIPAL DR. MÁRIO GATTI DE URGÊNCIA, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR

AVISO DE LICITAÇÃO

Acha-se aberta no Departamento de Pregão da Rede Mário Gatti, sito Av. Prefeito Faig Lima, nº 340, Parque Itália, Campinas/SP, fone: (19) 3772-5815 e 3772-5708 a licitação a seguir: **I) Pregão Eletrônico nº 021/2023** - Procl. nº HMMS/2022.00018-05, para aquisição de medicamentos (e outros); o acolhimento das propostas dar-se-á às 09h00 do dia 13/02/2023 e o início da sessão dar-se-á às **09h00 do dia 02/03/2023**. Os interessados poderão retirar o Edital a partir do dia 13/02/2023 no site www.hmmg.sp.gov.br/licitacoes ou pelo e-mail: pregao@hmmg.sp.gov.br.
André de Moraes - Diretor Administrativo em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

PREGÃO ELETRÔNICO ABERTO JUNTO AO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES:

Nº: 011/2023 - OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BOMBA DE INSULINA E INSUMOS PARA ATENDER LIMINAR JUDICIAL – **TÉRMINO DE ENVIO, ABERTURA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:** 02 de março de 2023, às 09:15 horas - **INÍCIO DA FASE DE LANÇES:** 02 de março de 2023, às 09:30 horas. Disponível no Portal eletrônico de compras governamentais, no endereço www.bb.com.br, ou www.licitacoes-e.com.br. Os Editais e seus anexos estarão disponíveis no site www.suzano.sp.gov.br. Eventuais dúvidas pelo telefone (11) 4745-2191.

PEDRO CHARLES SHIRAKAWA ISHI - Secretário Municipal de Saúde.

1ª ALTERAÇÃO TOMADA DE PREÇO ABERTA JUNTO AO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES:

Nº: 002/2023 - OBJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM NA RUA EMILIO DE RE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO NAS RUAS LUCIANO GODOI E CORA MARCOLONGO DOS REIS